



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CLAUDIA CRISTINA DE SOUZA SANTOS ¹

Resumo: Este artigo pretende discorrer sobre algumas iniciativas que vêm sendo desenvolvidas de forma a combater a discriminação e violência baseadas nas questões de gênero e orientação sexual. Essas ações visam à permanência de travestis e transexuais na educação básica e, algumas IES vêm debatendo essas questões que são extremamente importantes considerando que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo, com justificativa pautada na defesa da família, desconsiderando os diversos arranjos familiares existentes na sociedade. A metodologia utilizada foi um estudo exploratório e de revisão da literatura.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Ideologia de Gênero. Pânicos Morais.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

Abstract: This article intends to discuss some initiatives that have been developed in order to combat discrimination and violence based on gender and sexual orientation issues. These actions aim at the permanence of transvestites and transsexuals in basic education, and some IES have been debating these issues which is extremely important considering that Brazil is the country that kills the most LGBTI+ people in the world, with justification based on the defense of the family, disregarding the various family arrangements existing in society. The methodology used was an exploratory study and literature review.

Keywords: Gender. Sexuality. Education. Ideology of gender. Moral Panics.

Introdução

A sociedade brasileira não respeita as diferenças considerando a diversidade sexual e de gênero. De acordo com o Boletim nº 002-2021 elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, o Brasil teve 89 pessoas trans mortas no 1º semestre de 2021, sendo 80 assassinatos e 9 suicídios. Houve ainda 33 três tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos. Em 2020, a ANTRA constatou um número recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans, um total de 175 casos. Foi considerado o ano com maior número de assassinatos a essa parcela da população. Os dados demonstram como o país naturaliza a aniquilação da

existência de pessoas trans, colocando o Brasil como o país que mais mata a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais)² no mundo. Dessa forma, se faz necessário implementação de políticas públicas que visem combater a LGBTfobia.

No que tange a permanência de pessoas travestis e transexuais na educação básica, os estudos demonstram que os desafios impostos a esse grupo social começam na infância. Os conflitos iniciam quando o gênero não se identifica com o sexo biológico o que gera angústia e incertezas por não compreender o que está ocorrendo. A família, espaço privado de acolhimento, mas também de conflitos, muitas vezes torna-se um ambiente opressor, de preconceito, discriminação, falta de compreensão e desrespeito a identidade de gênero que se expressa diferente ao sexo biológico, contrariando a heteronormatividade compulsória imposta pela sociedade.

A escola por sua vez, espaço de produção e reprodução de conhecimento, também perpetua atitudes discriminatórias que vai do *bullying*, assédio, situações de constrangimento a preconceitos. É nessa sucessão de incertezas que cresce uma criança e desenvolve um adolescente em constantes conflitos por não encontrar respostas aos seus questionamentos, angústias e inquietudes. Pesquisas demonstram que o nível escolar das travestis e transexuais ainda é baixo e uma minoria tem conseguido alcançar o ensino superior. Dessa forma, o maior desafio que se impõe a esse grupo social é a permanência nas instituições de educação básica.

Segundo Louro (2018),

O grande desafio não é apenas assumir que posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns

²O uso da sigla LGBT foi acordado e disseminado a partir da I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em junho/2008, em Brasília. Ao longo dos anos, outras letras foram acrescentadas de forma que um número cada vez maior de pessoas se sintam representadas pelo movimento e as suas pautas defendidas na sociedade.

sujeitos vivem é exatamente a fronteira. Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora, as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões (LOURO, 2018, p. 26 e 27).

A escola se apresenta como um espaço incapaz de acolher as demandas, a saída de estudantes transexuais e travestis não se relaciona apenas à evasão escolar e, sim a expulsão escolar dessas/es estudantes que está associada à proibição e/ou desrespeito com o uso do nome social, ao impedimento de utilizar o banheiro de acordo com suas identidades de gênero e ao preconceito tanto por parte das/os alunas/os quanto das/os profissionais de educação. Portanto, não há respeito no espaço escolar a identidade dissidente. Nesse contexto algumas questões ganham centralidade neste estudo, como podemos garantir o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação básica? O porquê da resistência / desrespeito ao uso do nome social? O porquê do impedimento ao uso do banheiro de acordo com identidades de gênero? Por que os profissionais da educação demonstram despreparo ao lidar com questões relacionadas a gênero e sexualidade?

Vivemos em uma sociedade extremamente conservadora e nos últimos anos tem sido tolerado o discurso de ódio contra as minorias sociais, como mulheres, indígenas, negros e pessoas LGBTI+, discursos esses por vezes legitimados por grande parcela da população. Em relação às mulheres, um ponto que merece destaque refere-se aos direitos sexuais e reprodutivos, questão discutida no Brasil, entretanto, direcionada sempre ao campo da religião, desconsiderando o corpo da mulher e sua possibilidade de escolha. Temos a bancada da Bíblia, assim como os fundamentalistas religiosos que disseminam a noção de que o controle do corpo feminino é necessário. Como se a mulher não tivesse direito sobre seu próprio corpo. Como pode um pensamento dessa natureza? O que faz homens brancos, cis, heterossexuais, sexistas acreditarem que podem decidir o que é melhor para uma mulher? Diante desses entraves, as discussões sobre a legalização do aborto não avançam. A questão deveria ser entendida como saúde pública e direito da mulher sobre seu próprio corpo.

Quanto à população LGBTI+, enfrenta o preconceito e discurso de ódio, simplesmente por não se enquadrar dentro da cisheteronormatividade. De certa forma também tem seus corpos controlados, assim como as mulheres, suas práticas sexuais incomodam. Qual é o direito que um indivíduo tem de determinar como o outro tem que se relacionar?

O problema dos conservadores é a defesa de um modelo de família pautado na dominação masculina, baseado no conceito de que os homens estão direcionados às esferas públicas (mundo do trabalho e política) e a mulheres ao âmbito privado (cuidados com a casa e com os filhos). Para romper com esse paradigma, hooks (2019) defende que é necessário um movimento feminista para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão.

Segundo a autora (2019: 12), “na maioria das vezes, pensam que feminismo se trata de um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens. Essas pessoas nem pensam que o feminismo tem haver com direitos - é sobre mulheres adquirirem direitos iguais aos homens”. Entende-se então a necessidade de ruptura com o patriarcado, para que mulheres e pessoas LGBTI+ possam viver numa sociedade que lhes respeite independente do gênero ou orientação sexual.

1. Ideologia de Gênero: Afinal do que se trata?

O conceito “ideologia de gênero” vem ganhando expressão no Brasil desde 2011 e tem sido uma narrativa disseminada para promover um clima de pânico moral, pois tem como proposta que instituições em nosso país, sobretudo a ligadas a educação estariam abalando os valores da família tradicional. De acordo com Miskolci e Campana (2017: 727), “as origens das ideias que sustentam a existência de uma “ideologia de gênero” podem encontrar-se no seio da Igreja Católica, mais especificamente nos textos do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger” que inicia ataques às ideias feministas sendo uma reação a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, promovida pelas Nações Unidas, em 1995. Foi nesta quarta conferência que o termo “mulher” foi substituído pelo conceito de gênero e reconheceu-se que a desigualdade da mulher é um problema estrutural. Nesse

sentido, a categoria gênero passou a estar no centro dos debates que discutiam o papel da mulher, o que provocou reações de religiosos conservadores, sobretudo da Igreja Católica.

Miskolci e Campana (2017: 727) definem gênero como “conceito científico - originalmente desenvolvido para diferenciar sexo biológico e identificação - e incorporado às ciências sociais e humanas a partir da década de 1970, em especial por pesquisadoras/e feministas e/ou quer.”

Miguel (2020) em seu estudo traz elementos do mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. Como cenário apresenta as eleições de 2018 no Brasil que elegeu Jair Bolsonaro, um ex-militar, conhecido por seus comentários machistas, racistas, homofóbicos, xenofóbicos. Além de demonstrar publicamente apologia à tortura. Durante seus 30 anos de parlamentar, discursava de forma agressiva, era defensor da ditadura militar, pregou pelo fechamento do Congresso Nacional (o que ainda faz nos dias atuais) e tinha como ídolo um notório torturador ao qual fez menção no discurso em plenária que resultou no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Vale ressaltar que, na fatídica ocasião, diversos parlamentares discursaram em favor de Deus e da família. Ou seja, narrativas esvaziadas de sentido que tinham apenas um objetivo que era afastar a então presidenta.

Ainda sobre o atual presidente da república, Jair Bolsonaro, frequentes foram as declarações em que igualava negros e indígenas a animais, defendeu a morte de homossexuais e afirmou a uma deputada que não a estuprava porque ela “não merecia”. Portanto, discursos antes considerados marginais ganharam centralidade nas disputas políticas.

O que foi posto como elemento central para que o candidato representante da extrema direita tivesse êxito em sua candidatura, foi à promoção de uma conjuntura de “pânico moral” com a narrativa pautada na destruição da família tradicional, heteronormativa e fundada na dominação masculina.

Embora Bolsonaro tenha tido uma atuação sem expressão no Congresso

Nacional, a chamada “agenda moral” poderia ser um carro chefe em sua campanha e, foi concretamente. Um episódio que demonstra esse feito refere-se a oposição ao programa de combate à homofobia nas escolas, apresentado em 2011, pelo então Ministro Fernando Haddad, seu principal adversário nas eleições presidenciais de 2018. Bolsonaro descrevia o programa com uma política de promoção a homossexualidade e até pedofilia. À época houve grande esforço de desinformação nas redes sociais com propagação de Fake News do qual participaram ativamente o atual presidente, parlamentares fundamentalistas, líderes religiosos e apresentadores de rádio e televisão.

O discurso de “ideologia de gênero” foi associado às denúncias de corrupção dos governos petistas e, a destruição dos valores morais que incluía disseminação de mentiras tão descabidas, quanto a suposta mamadeira com formato de pênis nas creches do país. O objetivo era romper a lealdade da população mais pobre com o Lula por meio do pânico moral.

De acordo com Miguel (2017: 6),

Pânico moral é a ferramenta para promover uma mobilização rápida, apaixonada e imune ao debate. Afinal, os “valores” são entendidos como o fundamento de nosso eu; aceitar o questionamento deles é desestabilizar quem nós somos. A reação é altamente emocionada; a ameaça, percebida como iminente e devastadora, exige uma resposta contundente, não ponderação ou conversa.

Um autor que vai tratar da questão do pânico moral é o Jeffrey Weeks citado em diversos estudos sobre sexualidade, ele define que o pânico moral “cristalisa medos e ansiedades generalizados”, neles, “a sexualidade tem uma centralidade peculiar” e “os desviantes sexuais têm sido os bodes expiatórios onipresentes” (Apud MIGUEL: 2017, 6).

Com a narrativa de “ideologia de gênero” e fazendo o uso político do pânico moral, Miguel (2017) destaca quatro falas proferidas pela ministra dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher, a pastora Damares Alves, no início do seu mandato. Inicialmente disse que o “Estado é Laico, mas que ela era terrivelmente cristã”, o que já daria indícios dos retrocessos que seriam vivenciados a partir de 2019. Dentre as narrativas proferidas, destaca-se “menino veste azul e a menina veste rosa”, sendo um discurso ofensivo contra o gênero. Também defende o papel da

mulher de ser mãe, pautado na natureza humana, alegando que “quem manda são as regras biológicas, que nos fizemos com peito, útero, ovário, e trompas, para gerar”. (MIGUEL: 2017, 7)

E uma última fala, mas não menos importante, a ministra verbaliza que gostaria de ter um mundo em que “a mulher só trabalhasse se quisesse”. No entanto, essa narrativa contradiz totalmente a condição da ministra e das demais antifeministas que chegaram ao parlamento em 2018, pois se mulher deve se ater ao espaço privado, ou seja, cuidando do lar e dos filhos, elas não deveriam estar ocupando espaços públicos, atendo-se exclusivamente ao âmbito privado.

2. Algumas iniciativas para combater discriminação e violência contra a população Trans

O Projeto Escola Sem Homofobia também conhecido como “Kit anti-homofobia” e alcunhado pejorativamente pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro de “Kit Gay”, foi criado de acordo com a diretriz do Programa Brasil Sem Homofobia que tem como uma das ações “estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia”. O “kit” causou muitas discussões, principalmente na bancada religiosa do senado, que pressionou o governo para vetar seu lançamento dizendo que o mesmo faria apologia à homossexualidade. Uma série de políticos conservadores, como Anthony Garotinho e Jair Bolsonaro, deram declarações claramente homofóbicas sobre o tema, e fizeram uma grande pressão para que o “kit” fosse vetado pelo Governo Federal. Diante das pressões da ala conservadora e dos fundamentalistas religiosos do congresso, o “kit” foi vetado em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff que recuou assumindo o discurso dos seus adversários, declarando que não seria permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais. Infelizmente, seu governo, embora considerado progressista, trouxe diversos retrocessos às políticas públicas voltadas para pessoas LGBTI+ que vinham sendo implementadas.

Em uma entrevista concedida à ReciiS, a professora Luma Nogueira de

Andrade, apresenta sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional dando ênfase nos desafios enfrentados durante os ensinamentos fundamental e médio e as estratégias traçadas para superar as situações de adversidades que eram impostas nesses espaços. Também revela como foi seu ingresso no ensino superior e no mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UERN, no qual professores, professoras e ex-professores se recusaram a disponibilizar material e estudar com ela, que foi a única dentre eles e elas, a ser aprovada no processo seletivo. No doutorado em Educação já se identificava como travesti. Importante destacar que no final do seu mestrado começou “a entrar em contato com algumas produções que foram feitas por alguns pesquisadores e pesquisadoras que só viam o lugar das travestis na prostituição. Não era algo só de senso comum, era algo que estava legitimado pelo conhecimento científico.” (2019: p. 332)

A entrevista é muito interessante porque traz contribuições importantes para entender a escola como uma instituição disciplinar e as situações de adversidades a que pessoas transexuais e travestis são submetidas no cotidiano. A tese de doutorado intitulada “Travestis nas escolas, assujeitamentos e resistência à ordem normativa” foi base para que o nome social nas escolas do estado do Ceará fosse aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. Vale destacar que, Luma foi a primeira travesti com o título de doutora no Brasil obtido em 2012 e também foi a primeira travesti a fazer parte do quadro de docentes efetivos em uma universidade pública federal, isso ocorreu em 2013.

Uma fala muito importante chama atenção na entrevista, Luma se recorda de uma colega professora relatar: “Luma, eu tenho uma aluna trans e falei com a mesma sobre sua história e sobre suas conquistas, sendo uma docente numa universidade federal. Ela olhou para mim e disse: E pode?” (2019: p. 338). Dessa forma, nota-se a importância de propagar esse conhecimento, para que pessoas trans não pensem que não podem. Luma vai dizer “Elas têm direito à educação. Não estou querendo dizer que elas não têm direito de buscarem a prostituição. Estou dizendo que elas têm outras possibilidades caso queiram” (2019: p. 338).

Os estudos apontam que as principais lutas da população trans têm sido

referentes ao uso do nome social e o direito ao uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero. Algumas escolas e universidades incluem o nome social nos registros acadêmicos mediante requerimento. Por meio da Deliberação nº 125, aprovada em 2014, o Conselho Estadual de Educação (CEE) estabeleceu que as instituições ligadas ao sistema paulista de ensino devem incluir, a pedido dos interessados, o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, até maio/2018 haviam 512 matrículas de alunos e alunas travestis e transexuais na rede pública estadual, um aumento de 40% em relação ao ano de 2017. Conforme o professor Thiago Sabatine, membro da equipe técnica do gabinete do chefe da pasta, a definição do órgão deliberativo representa uma conquista para a população LGBT. “O uso do nome social representa um sinal de respeito. A questão passa pelo reconhecimento das diferenças e da promoção de um ambiente acolhedor aos estudantes.

Na avaliação da diretora da Escola Estadual Santa Rosa de Lima, professora Paula Beatriz, o reconhecimento à pessoa travesti ou transexual deixa os portões das unidades de ensino abertos à população LGBT. “Muitos foram excluídos no passado e medidas como a inclusão do nome social garantem a permanência do público no ambiente escolar”, analisa a docente, que se identifica como mulher transexual, é uma ativista na área e vem a ser a primeira diretora trans de uma escola pública da cidade de São Paulo, o que faz toda diferença no trato de questões relacionadas a gênero e sexualidade.

No Rio de Janeiro, a primeira instituição de ensino pública a aceitar o nome social de estudantes trans após o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016 foi o Colégio Pedro II. O referido Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Em maio/2016, somente o Campus Tijuca II havia aplicado o Decreto, mas o colégio confirmou que faria a adequação de documentos caso surgissem novos

requerimentos. Segundo a reitoria, não houve questionamento por parte dos pais que foram informados por meio de um comunicado.

Outra instituição escolar no Rio de Janeiro a aderir o uso do nome social foi o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET - RJ por meio da Resolução Nº 01, de 21 de março de 2019 que dispõe sobre o uso do nome social. Observe que o documento foi elaborado somente após três anos do decreto assinado pela Presidenta Dilma Rousseff.

Em maio/2018, foi realizada em Sergipe a Semana Municipal de Combate a LGBTfobia em que foram realizadas diversas atividades em escolas municipais. Essas ações foram desenvolvidas pela Coordenadoria de Políticas Educacionais para a Diversidade (Coped), ligada à Secretaria Municipal de Educação (Semed) no qual a comunidade escolar pôde aprender mais sobre o tema de forma dinâmica e educativa, por meio de rodas de conversa. O objetivo do projeto foi trabalhar na perspectiva de redução do preconceito, e evitar a evasão escolar do grupo LGBT, principalmente de pessoas transexuais.

Cinco escolas foram escolhidas para participar dessas atividades considerando o número de alunas e alunos matriculados, por estarem em comunidades em situação de vulnerabilidade e por interesse dos gestores em discutir a temática. Segundo a coordenadora do Coped, “as pessoas acham que é tão normal os seus supostos conceitos, mas que na realidade são preconceitos, e como eles interferem nas vidas de outras pessoas, ferem, machucam e causam a evasão escolar. Aracaju tem uma das legislações mais avançadas entre as capitais brasileiras, mas é preciso tirar a lei do papel”.

Para desenvolver as ações foram necessárias parcerias da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Liga Acadêmica de Saúde LGBT da Universidade Federal de Sergipe (UFS). No que se refere aos professores, foram discutidas as legislações municipal e nacional e como essas leis se relacionam com o currículo escolar. Já com os estudantes, foi debatida a LGBTfobia no ambiente de ensino. Um dos pontos elucidados nas rodas de conversa foi o significado da sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) e a diferença

entre orientação sexual e identidade de gênero.

O ensino superior vem implementando ações visando o combate a LGBTfobia. Nesse contexto, a PUC-Rio tem sua primeira estudante a ter o nome social reconhecido nos registros acadêmicos pela universidade em 2015, após três solicitações formais terem sido indeferidas. A universitária conquistou o reconhecimento do seu nome no 7º período do Serviço Social. Revela que apesar da PUC não ter alterado seu nome nas primeiras solicitações, sempre foi muito acolhida, sobretudo pelas professoras que ao terem conhecimento da sua condição riscavam o nome do registro civil da pauta e colocavam a caneta o nome social.

Em junho/2021, o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC realizou uma campanha intitulada "IFSC contra o preconceito" promovida pelo Comitê Permanente de Direitos Humanos" que teve por objetivo abordar questões envolvendo a saúde da população LGBTIA+. Trata-se de uma Instituição de Ensino Superior que vem promovendo ações de combate à discriminação e à violência baseadas nas questões de gênero e orientação sexual.

Outra iniciativa da referida IES refere-se a inclusão do nome social nos registros acadêmicos que vem ocorrendo desde 2010. No caso de maiores de 18 anos, é possível requerer, por escrito, a inclusão do nome social no ato da matrícula ou a qualquer momento no decorrer do ano letivo. Estudantes menores de 18 anos também podem solicitar o uso do nome social, mediante autorização dos pais e/ou responsáveis por escrito. O nome social deve constar em todos os registros internos sendo que no histórico escolar, em declarações, certificados e diplomas constará apenas o registro civil.

Santos (2014) em seu trabalho de conclusão de curso analisa sua experiência em dois Projetos Acadêmicos de Pesquisa e Extensão desenvolvidos na UFRJ, são eles: Projeto de prevenção a violência: Atuando na escola e Projeto diversidade sexual na escola: Atuando com o corpo docente. O primeiro projeto teve como objetivo pesquisar, analisar e tentar colocar em prática ações no espaço escolar que visassem reduzir conflitos ou preveni-los por meio da

promoção da educação em direitos humanos. O segundo projeto teve como público alvo professores da educação básica e o objetivo principal era que os mesmos reproduzissem em seus cotidianos, o que foi aprendido no curso, enquanto multiplicadores e responsáveis pela inserção da temática LGBT nas escolas, colaborando assim para construção um sistema de ensino menos opressor, mais igualitário, respeitoso e preocupado, além de formar cidadãos conscientes e que enquanto tal, tivessem noção de seus direitos básicos e que tivessem de fato a liberdade para fazer suas escolhas.

Considerações Finais

No país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo, com justificativa pautada na defesa da família e nos valores morais, vale ressaltar que ações vêm sendo implementadas, seja no âmbito da educação básica ou no ensino superior de modo a combater a discriminação e a violência baseadas nas questões de gênero e orientação sexual. Dois conceitos foram problematizados neste artigo, “ideologia de gênero” e “pânicos morais”, pois estão intimamente ligados às questões da população LGBT.

A “ideologia de gênero” no discurso dos conservadores e fundamentalistas religiosos tem por objetivo destruir a família tradicional, heteronormativa e fundada na dominação masculina. Ocorre que esse grupo conservador não entende nem respeita os direitos dos corpos dissidentes da norma. Não refletem sobre pessoas serem discriminadas, agredidas ou até mesmo assassinadas devido à intolerância ao não enquadramento das normas binárias impostas na sociedade. Vivemos num mundo em que as questões de gênero e sexualidade estão colocadas e precisam ser discutidas. Não se trata de aceitar, mas respeitar! A grande questão é que os conservadores, em sua maioria, querem impor ao resto da sociedade os valores que são originários de suas crenças, desconsiderando que o Brasil é um Estado laico.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no âmbito escolar.** Disponível em:

<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1822/2274> Último acesso em: 31 de agosto de 2022.

ANTRA. BOLETIM Nº 002-2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf> Acesso 22/06/2022.

BORTONI, Larissa. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional.** Especial Cidadania, 2017. Senado Notícias,. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativade-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Último acesso em: 31 de agosto de 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. MEC/ 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Último acesso em: 31 de agosto de 2022.

Brasil Sem Homofobia : Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual / elaboração : André Luiz de Figueiredo Lázaro; organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos.; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

GONÇALVES, Beatrice. **Respeito à diversidade reduz os índices de suicídio entre a população LGBTQI+.** Disponível em: <https://palhoca.ifsc.edu.br/index.php/1408-respeito-a-divers>. Último acesso em: 31 de agosto de 2022.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 7ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LIMA, Tatiane. **Educação Básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/riieb/a/jfYd7V5qLByWf9bY4MgCbqC/?lang=pt>. Último acesso em: 31 de agosto de 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira.** <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf&lang=pt>. Último acesso em: 31 de agosto de 2022.

Ministério da Educação. Resolução Nº 01, de 21 de março de 2019. <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/4146/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2001-2019%20Nome%20Social.pdf> Último acesso em: 31 de agosto de 2022.

MISKOLCI, Richard, & CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo.** Sociedade e Estado, 32(3), 725-747, 2017.

PUC-RIO. <http://assessoria.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?>

[infoid=41690&sid=255](#) Último acesso em: 31 de agosto de 2022.

SANTOS, Luiza de Souza. **Escola e Homofobia: Análise em Projetos de Extensão no Campo da diversidade sexual e da Educação.** Trabalho de Conclusão de Curso, UFRJ: 2014.

Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.
<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/registro-de-alunos-que-usam-nome-social-nas-escolas-cresce-40-em-sp/> Último acesso em: 22 de junho de 2022.

VIEIRA, Isabel. **Colégio federal no Rio é o primeiro a aceitar nome social de alunos trans.** Agência Brasil, 31/05/2016.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-05/colégio-federal-no-rio-e-o-primeiro-aceitar-nome-social-de-alunos> Último acesso em: 31 de agosto de 2022.